

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
CONSOLIDADO

Exercício de 2018



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
 Acesse em: https://cete.tce.pe.gov.br/portal/assinado/assinado.do?documento=2018-01-08-204-46df-97b1-4bc274d0fca

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - 3FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	1.613.675,19	1.936.966,16
JUDICIÁRIA	7.333,31	118.155,99
ADMINISTRAÇÃO	8.656.402,34	3.700.166,88
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.679.089,92	1.442.266,10
PREVIDÊNCIA SOCIAL	927.263,61	131.599,97
SAÚDE	10.670.226,78	10.158.333,00
EDUCAÇÃO	17.654.021,03	17.314.118,11
CULTURA	1.399.418,94	398.033,33
URBANISMO	276.246,04	3.376.644,99
SANEAMENTO	5.012,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	115.663,27	1.168.844,88
AGRICULTURA	13.868,64	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.500,00	7.400,00
ENERGIA	143.147,56	0,00
DESPORTO E LAZER	155.862,17	969.631,86
ENCARGOS ESPECIAIS	53.908,08	730.957,33
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	43.374.638,88	41.452.153,90

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - 4FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00



pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 698/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2018.

Lei 695/2017 de 22/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei 699/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2018;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Esporte, Juventude e Cultura;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Promoção Social e Direito Humano;
- Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação;
- Secretaria de Educação (FUNDEB);
- Secretaria de Administração, Governo e Desenvolvimento Econômico;

Os Fundos Especiais são:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;



Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARROSA ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: https://stee.tce.pe.gov.br/pt/publicar/Doc/semanal/2018/06/20180620_documento_810851d8-2d4a-46d1-97b0-4bc2744891ce

- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Considerando o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral Município, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no item 06 do MCASP.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Os ingressos representam à arrecadação de receitas correntes pela entidade, bem como as transferências de recursos correntes no decorrer do exercício, excluídas as referidas deduções. As receitas extra orçamentárias estão incluídas no item Outros ingressos operacionais.



Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <http://pcc.cidadepcc.gov.br/epp/validador> ou em Código de Verificação do documento: 81085158-2014-06df-97b1-4bc274401fa

Os Desembolsos representam as Despesas Orçamentárias pagas no exercício bem como pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Os repasses de recursos a Câmara Municipal está incluída na conta de Transferências Concedidas Intragovernamentais. O saldo de Outras Transferências Concedidas representa o valor pago a título de subvenções sociais as entidades do terceiro setor do município. As despesas extra-orçamentárias estão incluídas no item Outros desembolsos operacionais.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as Obras e Instalações realizadas, Aquisição de Equipamentos e Material permanente e a Aquisição de terrenos realizados pela entidade.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento As atividades de financiamento compreendem as transferências de capital recebidas pela entidade dos governos estadual e federal, bem como o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentou saldo positivo na ordem de R\$ 252.044,06, correspondente à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência. O resultado apresentado é R\$ 1.428.606,90 maior que o do exercício anterior, representado um aumento de 566,81% no período.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Prefeita Municipal

Moabe Gleidson Francisco Barbosa
Responsável pelo Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira
Contador CRC PE nº 023266/O-4